

Resenha / Book Review

MOUFFE, Chantal. *Agonistics: thinking the world politically.* London: Verso, 2013.

Fernando dos Santos Modelli¹

A obra “Agonistics” (MOUFFE, 2013) confirma a transição entre dois momentos da obra da autora. Um primeiro momento, ligado ao antagonismo (na obra “Hegemonia e estratégia socialista”, em co-autoria com Ernesto Laclau), publicado originalmente em 1985, e um segundo momento, com o seu modelo agonístico de política. Essa nova obra é relevante ao aplicar conceitos, formulados anteriormente, em situações políticas atuais: as manifestações recentes no mundo, a União Europeia, os conflitos religiosos, o papel da crítica artística e situações gerais problemáticas em que seus conceitos pudessem ter utilidade.

O principal alvo da autora é a corrente deliberacionista, principalmente de Jürgen Habermas e John Rawls, que ganha força nos anos oitenta, desbancando tanto teorias ligadas à dominação quanto ao pluralismo liberal (MIGUEL, 2012, p. 3). Ambos os autores se apoiam no ideal de racionalidade e de capacidade humana, num cenário ideal, de superar dilemas morais e crenças irreconciliáveis. A pergunta central, para o Utilitarismo e a corrente da Deliberação, é como ter uma teoria normativa que envolva uma sociedade inteira de indivíduos atomizados. Uma teoria democrática, crítica, teria que começar por onde estas teorias terminam: a existência de preferências individuais

1 Doutorando em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: fernando.modelli@gmail.com

independentes da estrutura social.

No caso dos utilitários, a solução social é um juiz aristocrata dotado de racionalidade que teria que ser acionado para unir os diferentes interesses individuais. Rawls e Habermas, por outro lado, criaram um cenário em que esse juiz não seria necessário, uma vez que, sendo cumpridas as condições ideais, a deliberação seria capaz de funcionar como este juiz. Para Mouffe, não existe possibilidade que um juiz racional ou um processo de deliberação consiga criar homogeneidade na sociedade.

A obra “Hegemonia e estratégia socialista”, de 1985, teve grande impacto na esquerda, pois criticou uma de suas principais teses, a importância da relação do capital com o trabalho,² segundo Marx. Os autores substituem essa tese, *a priori*, sobre a sociedade, por um mundo contingente e heterogêneo, em que as posições são precárias e as hegemonias podem ser modificadas. Eles substituem a relação do capital e trabalho, por uma posição pós-estruturalista³, de análise de discurso: a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2012, p. 9).

O argumento proposto nessa resenha é de que o livro “Agonistics” (2013), ao se propor a estudar a teoria normativa, acaba por repetir o mesmo problema do deliberacionismo. Na transição dos conflitos irreconciliáveis para o respeito das regras do jogo, perde-se a dimensão da dominação:

2 Habermas parte do mesmo problema entre capital e trabalho para fazer uma crítica a obra de Herbert Marcuse em “Técnica e ciência como ideologia” (HABERMAS, 1987).

3 Para mais sobre o assunto, ver “Pós-estruturalismo” (WILLIAMS, 2013).

A busca de um consenso de base sobre as regras do jogo ou, se preferirmos, a transformação do antagonismo em agonismo - tem por função esconjurar a violência política. No entanto, a violência continua presente e ativa nas relações de dominação. (MIGUEL, 2012, p. 17)

A tese é a transição de crenças irreconciliáveis para um cenário mínimo de respeito às regras do jogo, em que não enxergamos mais o outro como inimigo a ser derrotado, mas sim como um adversário a ser respeitado. O que parece estar abandonado é o antagonismo, ou seja, a relação de conflito na luta política. Por outro lado, o antagonismo pode ser a forma com que o social resiste à dominação política, sendo sua outra face à domesticação do conflito por meio de instituições.

O segundo capítulo da obra é uma aplicação do conceito de agonismo para as relações internacionais. A posição da autora é uma crítica dos direitos humanos na busca, infrutífera, por homogeneidade. Ela argumenta a impossibilidade da unificação do mundo sobre um polo hegemônico, sendo substituído por um globo multipolar em que diferentes culturas se respeitem.

O conceito de agonismo, como respeito mínimo de regras e de princípios ético-culturais, pode ser aplicado domesticamente, mas não sobre os diferentes países. Sua esperança é de que, mesmo sem a garantia de um único país no controle, possa-se estabelecer diálogos entre diferentes culturas, sem a explosão de um conflito violento. O alicerce para sua argumentação é a defesa de que outras formas de direitos humanos podem ser encontradas em diferentes culturas. O que Mouffe parece deixar de lado é que a relação entre países não é dada de forma tão pacífica. O ocidente, ao se proclamar centro do mundo, cria uma série de relações de poder e determinações simbólicas sobre o que os outros países significam.

“Orientalismo” (SAID, 1990) é uma obra que representa bem a forma com que o ocidente, ao delimitar sua identidade, teve que

lançar mão de uma série de símbolos, distorcidos e imaginários, sobre o que significava o oriente: “O orientalismo pode ser discutido e analisado como a instituição organizada para negociar com o Oriente (...) fazendo declarações a seu respeito, autorizando opiniões sobre, descrevendo-o, colonizando-o, governando-o” (SAID, 1990, p. 15). Partindo do pressuposto de que o diálogo é realmente possível, nada garante que estas diferentes formas de entender dignidade humana sejam, realmente, compatíveis. Mouffe cita o exemplo da secularização, questionando-se sobre a possibilidade de uma democracia não-ocidental. Segundo a autora, os conflitos entre países islâmicos e países secularizados poderiam ser feitos num terreno de agonismo, em que a base comum permitiria um conflito mediado por consenso.

Pode-se enxergar mérito na tentativa da autora em delimitar a possibilidade esperançosa, de que um dia possa haver uma reconciliação entre o islamismo e os países ocidentais. O ponto perdido, no entanto, é que muitas interações são mediadas por disputas em contextos de dominação. O problema central com sua análise das relações internacionais é que dificilmente o respeito a culturas específicas pode ser conciliado com regras mínimas de jogo.

O terceiro capítulo é sobre o futuro da Europa, mais especificamente o potencial de pacificação de conflitos por meio desta instituição. Ela defende que é improvável que os países percam sua identidade na construção da União Europeia. As instituições surgem como a solução para as diferenças entre os países europeus, elas permitem que o conflito seja colocando em termos de respeito ao outro. Uma das possíveis críticas à autora é que ela avança muito pouco na discussão, já que ela somente desloca a importância das instituições de um nível de racionalidade para o de luta política. O elemento de dominação, inerente a essas regras mínimas do jogo, parece estar descartada: “Estar excluído pode significar nem sequer ter os meios para lutar pela inclusão. Estar excluído pode significar a geração de uma apatia política tomando-se por base um sentimento de que

é inútil lutar” (MENDONÇA, 2010, p. 495).

Ela argumenta que o problema da União Europeia está em seu caráter liberal e não na problemática das instituições. Caso um ideal de ecologia e cuidado social-democrático substituísse o neoliberalismo, a União Europeia teria um grande potencial na democratização internacional. Infelizmente, as eleições recentes na União Europeia parecem ter caminhado para outra direção: a extrema direita tem, cada vez mais, ganhado espaço no contexto de crise econômica. Estes partidos têm, sistematicamente, crescido com um discurso apoiado em xenofobia e nacionalismo:

Camadas da população trabalhadora e camponesa eram abandonadas a sua – má – sorte. Sem sequer umas palavras de compaixão. Sacrificadas em nome dos “imperativos” da construção europeia e da globalização. A essas camadas órfãs, a extrema-direita soube falar, identificar os seus infortúnios e prometer soluções. Não sem demagogia. Mas com eficácia.⁴

O ponto que se tira dessa citação é que mudanças institucionais, sem um cuidado nos conflitos antagônicos dentro das sociedades, podem trazer um levantamento da extrema-direita antidemocrática. Valorizar as regras do jogo (a União Europeia), sem um apoio econômico aos problemas levados pelo neoliberalismo, é dar espaço de abertura a grupos extremistas que, historicamente, têm tido consequências nefastas.

O quarto capítulo tenta lidar com as manifestações ao redor do mundo nos últimos anos, e o discurso recorrente na maioria deles, sobre a descrença em instituições tradicionais: “Radical

4 RAMONET, IGNACIO. Por que a extrema-direita cresce na Europa?. Carta Maior. Disponível em <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Por-que-a-extrema-direita-cresce-na-Europa-/6/30898>>. Acesso em 14 de junho de 2014.

politics is envisaged, according to this approach, in terms of ‘withdrawal’ from existing institutions so as to foster the self-organization of the multitude” (MOUFFE, 2013, p. 70).

Tendo como alvos principais os teóricos Antonio Negri e Michael Hardt, a autora questiona a possibilidade de avanços significativos sociais sem o apoio das instituições tradicionais. Usando o exemplo da Argentina, ela argumenta que, sem a eleição de uma presidência ligada à esquerda, as manifestações no país não teriam tido impacto significativo. Chantal Mouffe prefere argumentar que o capitalismo e as instituições tradicionais incorporam as demandas dos movimentos sociais, trabalha-se a ideia de que os movimentos dos anos sessenta foram incorporados pela maioria das instituições. O Maio de 1968, na França, forte movimento social envolvendo estudantes e operários, teria ajudado a contribuir para avanços representativos nas questões de gênero, raça e classe.

O problema é que os conflitos somente podem ser mediados via instituições: sem a articulação política institucional, não existe importância na expressão das frustrações sociais. As manifestações de junho no Brasil, por exemplo, só seriam dotadas de importância social, uma vez que fossem incorporadas no discurso institucional.

O que essa visão ignora é que, via de regra, as pessoas, em piores condições de poder na sociedade, não podem nem ao menos ter acesso às instituições. As relações de dominação na sociedade não podem ser modificadas com o simples alterar de regras institucionais, mas com uma mudança significativa na própria forma que as preferências individuais são criadas na sociedade. Ao se focar no agonismo, Mouffe acaba perdendo sinal daquilo que, realmente, era inovador da sua teoria: o caráter irreversível do conflito em sociedades contemporâneas e as relações de hegemonia em qualquer ordem política.

Ela está certa ao duvidar de autores, Negri e Hardt, que te-

orizam, a partir de uma ontologia marxista, que a multidão pode criar uma homogeneidade instantânea, mas, ao mesmo tempo, ela exagera ao estipular que somente manifestações incorporadas por meio de instituições tradicionais podem ser importantes. Pode-se conceber o argumento de que as manifestações representam frustrações sociais que, não achando espaço institucional, se manifestam de forma informal. A autora desloca a solução deliberacionista, racional, para a luta política dentro das instituições, ou seja, a solução, realmente importante, das mudanças nas próprias estruturas de desigualdade na sociedade ainda é ignorada por sua teoria crítica.

O último capítulo do livro foca na discussão sobre o papel da arte na política. Segundo algumas visões, a arte poderia ser considerada, na contemporaneidade, como uma extensão da propaganda e da dominação capitalista: “O poderio social que os espectadores adoram é mais eficazmente afirmado na onipresença do estereotipo imposta pela técnica do que nas ideologias rançosas pelas quais os conteúdos efêmeros devem responder” (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p. 112). Chantal Mouffe critica essa posição pessimista e afirma, categoricamente, que a arte tem um papel essencial na crítica dos padrões hegemônicos e na construção de novas subjetividades.

Neste trecho do livro, a autora volta à questão central que foi abandonada ao longo da obra: a importância da formação das preferências individuais dentro da sociedade. Ao invés de sair desse pressuposto de dominação, desde o começo, a arte se torna o lugar em que a luta contra a hegemonia na sociedade pode ser feita: “To apprehend their political potential, we should visualize forms of artistic resistance as agonistic interventions within the context of counter-hegemonic struggles” (MOUFFE, 2013, p. 87).

O liberalismo construiu-se a partir da naturalização dos ideais de indivíduo, racionalidade e democracia. Tais conceitos se tornam, automaticamente, pressupostos da nossa visão de mundo. Uma

teoria crítica enxerga o potencial na arte de fazer o questionamento sobre nossas naturalizações. Seu grande exemplo para a posição é o artista plástico Alfredo Jaar. Ele foi convidado a fazer uma exposição em uma pequena cidade da Suécia que era famosa pela sua indústria de papel. Descobrimo que não havia museus na cidade, ele construiu um, feito somente de papel, e reuniu vários artistas jovens para a inauguração. Logo após a exposição, ele queimou o prédio, argumentando que não deveria impor a uma comunidade, algo pelo qual eles nunca lutaram. Sete anos depois, ele foi convidado para uma exposição, agora em um prédio construído pela própria comunidade.

Por mais que este exemplo seja interessante, o papel da arte passa a ser idealizado. Os autores mais vanguardistas, como Alfredo Jaar, têm um papel na construção do campo da arte e, conseqüentemente, na hegemonia. O papel vanguardista do artista é permitido num contexto restrito de símbolos. A vanguarda crítica da arte tem um interesse vivo em buscar, simbolicamente, a legitimidade no seu campo: “A posição na estrutura das relações de força, inseparavelmente econômicas e simbólicas, que definem o campo da produção, ou seja, na estrutura da distribuição do capital específica... orienta, por intermédio de uma avaliação prática... as características dos agentes ou instituições” (BORDIEU, 2002, p.31-32).

O problema, neste trecho do livro, é que a autora ignora que no campo da arte, a própria concepção de vanguarda é parte dos símbolos e relações hegemônicas. Em frase do famoso artista Andy Warhol: “Being good in business is the most fascinating kind of art. Making money is art and working is art and good business is the best art”.

A autora conclui voltando ao seu pressuposto inicial: deve haver um reinvestimento nas instituições ao invés de um abandono, idealizado, dos conflitos para a sociedade. Usando os exemplos dos protestos recentes na Espanha, Grécia e Brasil, ela deseja reinterpretar seu significado tradicional de contestação das de-

mocracias tradicionais. Segundo a autora, os movimentos que se organizam horizontalmente e questionam o significado da democracia tradicional, saem do mesmo pressuposto liberal: o completo horror a ação do estado e as instituições.

Questionar a atuação do governo, no entanto, não é comprar os mesmos pressupostos no qual se fundam o liberalismo, ou seja, o indivíduo, o mercado e a racionalidade. Pensando de outra forma, estes movimentos representam uma insatisfação com o governo entendido de forma mais ampla, as relações de poder na sociedade que organizam, previamente, a forma com que o estado é organizado.

Assim como no resto do livro, o principal problema com o agnismo, o respeito do outro na democracia e a ressignificação das instituições, é que ele faz um deslocamento pouco interessante: foge-se do consenso deliberacionista sobre racionalidade, mas ainda inscreve-se nas instituições tradicionais, o potencial da mudança social, mesmo que contingente e precariamente.

Uma visão mais crítica, por outro lado, operaria tal deslocamento dentro das relações de dominação dentro da própria sociedade: a forma com que as preferências individuais são formadas e suas consequências políticas para as instituições tradicionais.

Referências bibliográficas

BORDIEU, Pierre. *Contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Editora Zouk, 2002.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, MAX. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HABERMAS, JÜRGEN. *Técnica e ciência como ideologia*. Lisboa: Edições 70, 1987.

LACLAU, Ernesto. *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

MOUFFE, Chantal. *Agonistics: thinking the world politically*. London: Verso, 2013.

MENDONÇA, Daniel. *A subversão da Igualdade e o cinismo democrático*. Anais do 37º Encontro anual da ANPOCS, Águas de Lindóia, 2013.

MIGUEL, Luis. *Consenso e conflito na teoria democrática: para além do “agonismo”*. Anais do VIII Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Gramado, 2012.

SAID, Edward. *Orientalismo*. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

WILLIAMS, James. *Pós-estruturalismo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.